

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	13
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	17
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	25
2.5 Medições não contábeis	26
2.6 Eventos subsequentes as DFs	28
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	39
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	40
5.2 Descrição dos controles internos	47
5.3 Programa de integridade	50
5.4 Alterações significativas	56
5.5 Outras informações relevantes	57

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Fundada na década de 1960, atualmente uma das maiores empresas em operação no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), sediada em Curitiba (PR), é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná e conta com 6.199 empregados.

A Companhia é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico em 345 municípios paranaenses e 1 em Santa Catarina, além de diversas localidades de menor porte. A Sanepar se utiliza de mais de 60 mil quilômetros de tubulações para distribuição de água potável e mais de 40 mil quilômetros de rede coletora de esgoto.

A Sanepar fornece água tratada a 100% da população urbana dos municípios atendidos. Na área de esgotamento sanitário, a Sanepar disponibiliza coleta para 78,9% dos paranaenses residentes em áreas urbanas dos municípios atendidos e trata 100% do esgoto coletado. Também realiza a gestão de resíduos sólidos urbanos, operando aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procopio e Cianorte, atendendo no total sete municípios, onde, nestas plantas, foram tratadas, aproximadamente, 64,2 mil toneladas de resíduos no ano de 2022.

A Sanepar detém também 40% da participação acionária da CS Bioenergia SA (sociedade constituída com a Catallini Bioenergia), unidade de biodigestão de alta tecnologia, localizada ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba.

Na busca pela universalização, nos últimos cinco anos, foram investidos R\$ 6,1 bilhões, sendo que, destes, R\$ 1,7 bilhão foram investidos em 2022.

A Diretoria da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo em relação aos recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, foi calculado pela relação entre ativo circulante e passivo circulante.

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Índice de Liquidez Corrente (ILC) ⁽¹⁾	1,52	1,48	1,21
Índice de Liquidez Geral ⁽²⁾	0,93	0,85	0,80
Índice de Endividamento ⁽³⁾	47%	47%	47%

⁽¹⁾ O Índice de Liquidez Corrente é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

⁽²⁾ O Índice de Liquidez Geral é calculado pela divisão do somatório do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante (não considerando o imobilizado, intangível e investimentos) pelo somatório Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante.

⁽³⁾ O Índice de Endividamento é calculado pela divisão da dívida (assim entendida como o somatório do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante) pelo Ativo Total da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento, a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido.

Os níveis de alavancagem apresentados a seguir mostram uma relativa estabilidade nos exercícios sociais encerrados em 2022, 2021 e 2020:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(Em milhões de Reais, exceto nível de alavancagem)			
Dívida Líquida (*)	3.875,3	3.137,5	2.773,3
Patrimônio Líquido	8.786,9	7.826,3	6.943,2
Nível de alavancagem (**)	0,44	0,40	0,40

(*) A dívida líquida resulta da subtração da dívida (entendida como o somatório dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil) menos o Caixa e Equivalentes de Caixa.

(**) Representa a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

A Diretoria da Companhia entende que a trajetória do índice de endividamento ocorre porque embora haja um crescimento nominal da dívida líquida, o mesmo é compensado pela geração de caixa e de lucro líquido da Companhia. Identifica-se, na estrutura de capital, o capital de terceiros como uma das fontes de recursos imprescindível para o financiamento das atividades e dos investimentos previstos pela Companhia. A tabela abaixo mostra a estrutura de capital da Companhia nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado)			
Capital Próprio ⁽¹⁾	8.786,9	7.826,3	6.943,2
Capital de Terceiros ⁽²⁾	7.870,3	6.814,3	6.247,7
Capital de Terceiros s/ Capital Próprio ⁽³⁾	0,9x	0,9x	0,9x

⁽¹⁾ Corresponde ao valor total do patrimônio líquido.

⁽²⁾ Corresponde ao valor total agregado de passivo circulante e passivo não circulante.

⁽³⁾ Corresponde a divisão do item "2" pelo item "1" acima mencionados.

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, e para manutenção das operações.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia encerrou o exercício com ativos de R\$ 16,7 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 8,8 bilhões e dívida total de R\$ 7,9 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 47,2% em 2022, um ligeiro aumento em comparação com 2021.

A dívida líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, foi de R\$ 3.875,3 milhões em 2022, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,4 vez em 2021 para 1,7 vez em 2022. A tabela abaixo ilustra a evolução da dívida líquida e bruta da Companhia:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(Em milhões de Reais, exceto quando indicado)		
Empréstimos, financiamentos, debêntures e Arrendamentos	5.083,2	4.120,6	3.647,6
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.207,9)	(983,1)	(874,3)
Dívida líquida ⁽¹⁾	3.875,3	3.137,5	2.773,3

⁽¹⁾ Para efeito de dívida líquida considera-se: a dívida bruta (Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos), subtraído o valor relativo ao caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia tem buscado alinhar sua geração de caixa às suas necessidades de capital de giro e para atender às obrigações financeiras contraídas. A Companhia vem implementando a estratégia de alongar o perfil de sua dívida bruta substituindo-a por dívidas com taxas de juros menores, inclusive por meio de emissões de debêntures.

Uma de suas obrigações em relação aos contratos de Empréstimos e Financiamentos assumidos é manter durante toda vigência dos contratos os *Covenants* Financeiros da sua Dívida Bancária Líquida menor ou igual a 3, controlando assim a sua capacidade de honrar seus compromissos em relação a sua geração de caixa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados

Com o objetivo de manter a liquidez e complementar o programa de investimentos, a Companhia utiliza recursos de terceiros disponíveis, que são analisados e alocados dentro das necessidades de suas operações. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de recursos utilizadas pela Companhia foram: os recursos de caixa gerados por suas operações; o capital de terceiros, principalmente por meio dos financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) via recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), bem como por meio da captação de recursos no mercado de capitais por meio de emissão das debêntures e por Cédula de Crédito Bancário - CCB, além da operação de Arrendamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2022, houve também liberação de recursos referente ao contrato com o Banco KfW, banco de desenvolvimento estatal alemão, no valor de € 3.252 mil, equivalente a R\$ 17.575 mil. O contrato junto ao Banco KfW tem como finalidade projetos de eficiência energética para as estações de tratamento de esgoto, sendo o valor total do contrato de € 50 milhões com perspectiva de liberação de recursos até 2023.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores da Sanepar entendem que a Companhia pode, por meio do mercado financeiro e de capitais, realizar operações para atender eventuais necessidades extraordinárias de capital de giro, por novas emissões ou por meio de refinanciamento de dívidas já contraídas. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos, as emissões de notas promissórias comerciais e de debêntures, entre outros.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Diretoria da Companhia acredita que os níveis de endividamento da Companhia e as características dos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures são compatíveis com os resultados das suas atividades, com a sua geração de caixa e com as melhores práticas do mercado e que a Companhia está cumprindo com as obrigações assumidas nesses contratos, atendendo aos *covenants* e demais compromissos previstos.

Em 31 de dezembro de 2022, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 16.657,2 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) era de R\$ 7.870,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 14.640,6 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) foi de R\$ 6.814,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 13.190,9 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) era de R\$ 6.247,7 milhões.

A tabela abaixo, demonstra a Taxa de Rentabilidade dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, resultantes da divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido médio, que é calculado pela média patrimônios líquidos entre o exercício atual e o respectivamente anterior, conforme tabela abaixo:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(Em milhões de Reais, exceto taxa de rentabilidade)			
Lucro Líquido	1.151,5	1.177,6	996,3
Patrimônio Líquido Médio	8.306,6	7.384,8	6.558,6
Taxa de rentabilidade	13,9%	15,9%	15,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, a Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são importantes para realizar os investimentos nele previstos.

O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 47,2% em 2022, próximo ao índice alcançado em 2021 de 46,5%, e de 47,4% para 2020.

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Abaixo, tabela com a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos nas datas indicadas:

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Venc. Final	Em milhões de reais		
				2022	2021	2020
Debêntures da 8ª Emissão - 1ª Série	106,5% CDI	-	2021	-	-	95.020
Debêntures da 8ª Emissão - 2ª Série	108,0% CDI	-	2023	155.563	155.368	154.924
Célula de Crédito Bancário - CCB	CDI + 2,75	-	2022	-	66.632	198.870
BNDES - Avançar	3,58 a 4,00	IPCA	2041	78.778	28.039	24.976
BNDES	TJLP + 1,82	-	2023	645	8.325	16.005
Banco do Brasil S.A. - PSI/13	3,00 a 6,00	-	2024	2.287	5.662	9.037
Debêntures da 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92	-	2024	21.615	33.707	45.949
Debêntures da 2ª Emissão - 2ª Série	9,19	IPCA	2024	47.188	67.018	80.669
Debêntures da 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92	-	2024	28.820	44.942	61.265
Debêntures da 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% CDI	-	2024	200.613	200.105	199.250
Debêntures da 10ª Emissão - Série Única	4,66	IPCA	2027	422.222	398.303	357.579
Debêntures da 12ª Emissão - 1ª Série	CDI + 1,08	-	2027	315.090	-	-
Debêntures da 12ª Emissão - 2ª Série	5,89	IPCA	2032	317.815	-	-
Debêntures da 11ª Emissão - 1ª Série	CDI + 1,65	-	2026	133.489	130.637	-
Debêntures da 11ª Emissão - 2ª Série	4,25	IPCA	2029	237.130	223.737	-
Debêntures da 11ª Emissão - 3ª Série	4,49	IPCA	2031	184.022	173.722	-
Banco Itaú S.A. - PSI/13	3,00 a 6,00	-	2025	4.512	8.061	11.610
Debêntures da 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% CDI	-	2026	151.947	151.565	150.916
Debêntures da 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67	-	2027	110.549	133.638	157.524
Debêntures da 4ª Emissão - 2ª Série	7,44	IPCA	2027	73.808	85.129	90.584
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67 a 2,05	-	2029	294.307	290.362	312.540
Arrendamento Mercantil Litoral	11,14	IPC-FIPE	2036	317.212	296.012	277.915
Arrendamento Mercantil Direito Uso	8,70	-	2027	182.639	108.999	80.136
Debêntures da 7ª Emissão - 1ª Série	5,20	IPCA	2038	42.465	45.255	46.030
Debêntures da 7ª Emissão - 2ª Série	4,79	IPCA	2038	69.362	73.921	70.960
Debêntures da 7ª Emissão - 3ª Série	6,97	IPCA	2038	22.430	22.566	20.565
Debêntures da 7ª Emissão - 4ª Série	6,57	IPCA	2038	36.230	36.451	31.530
Caixa Econômica Federal	6,62 a 12,00	TR	2046	1.617.154	1.320.466	1.145.100
Total em Reais				5.067.892	4.108.622	3.638.954
Banco KfW	1,35	EURO	2032	15.352	11.943	8.634
Total em moeda estrangeira				15.352	11.943	8.634
Saldo Final Exercício				5.083.244	4.120.565	3.647.588

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações comerciais com os principais agentes financeiros do mercado, visando potencializar o relacionamento com os seus parceiros financeiros, possibilitando assim o acesso a linhas de crédito para o financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía qualquer operação de longo prazo com instituições financeiras além das descritas no item f.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirográficas da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei. Algumas das dívidas da Companhia, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, estão garantidas com ativos reais. Ademais, as debêntures da 2ª, 4ª e 7ª Emissões contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente, respectivamente, à parcela mensal de R\$ 29,0 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011, R\$ 15,2 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de agosto de 2014, e R\$ 8,7 milhões corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de novembro de 2018.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

i. *Covenants* de contratos de financiamentos do BNDES da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

ii. *Covenants* de contratos da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures.

Índice	Limite
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5

iii. *Covenants* de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

iv. *Covenants* do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para os contratos item (i) do BNDES, incluindo os novos contratos denominados AVANÇAR e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamentos e debêntures, os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por, no mínimo, dois trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii) referente a 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Decima Sexta dos referidos contratos, e das instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do item (iv) do Banco KfW, conforme contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter os índices financeiros estipulados durante toda a sua vigência.

Os contratos de Financiamentos e Debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas de Vencimento Antecipado Cruzado denominadas Cross Default. Os contratos de financiamentos relacionados à CAIXA podem ter seu vencimento antecipado em caso de declaração de vencimento antecipado, referentes a dívidas relacionadas a outras instituições financeiras.

Conforme descrito nos Contratos de Financiamentos denominados PAC 2 e as escrituras da 2ª e 4ª Emissões de Debêntures, relacionados ao BNDES/BNDESPAR, estão sujeitas a declaração de vencimento antecipado por inadimplência contratual de dívidas e obrigações a outras instituições, no montante individual inicial de R\$ 20 milhões e no montante agregado inicial de R\$ 70 milhões, dentro do período de 12 meses, ambos atualizados anualmente pelo IPCA desde a data da celebração do contrato. Os saldos atualizados estão descritos no quadro abaixo:

Valores em milhares de R\$:

Contrato	Data de assinatura	Montante individual reajustado em R\$ ¹	Montante Acumulado Reajustado em R\$ ²
11.2.0889.1	22/11/2011	37.996	132.985
12.2.0562.1	18/07/2012	36.664	128.323
13.2.0909.1	05/11/2013	34.038	119.133
14.2.0537.1	30/06/2014	32.619	114.167
Debêntures 2ª Emissão	15/08/2011	38.289	134.013
Debêntures 4ª Emissão	18/09/2014	31.922	111.726

¹ Valor inicial de R\$ 20 milhões.

² Valor inicial de R\$ 70 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As escrituras da 8ª e 9ª Emissão de Debêntures possuem como limite de inadimplemento de dívidas financeiras, relacionadas a instituições financeiras o montante de R\$ 30 milhões. As escrituras da 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures possuem o limite de inadimplemento de dívidas pecuniárias com instituições financeiras o montante de R\$ 50 milhões. Por fim, o contrato de Empréstimo junto ao Banco KfW possui limite de inadimplemento de dívidas com instituições financeiras no montante de EUR 10 milhões. O percentual do endividamento financeiro da Companhia que possui contrato com cláusulas de Cross Default é de 91,13%.

g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Dos recursos oriundos dos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, com saldos a liberar, para a ampliação e melhoria da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas, já foram utilizados 42,51%, restando a liberar R\$ 1.539 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Dos recursos oriundos do contrato celebrado com o Banco KfW, com saldo a liberar, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário em diversas cidades do Estado do Paraná, foram utilizados 10,53% do total de €50 milhões (equivalente à R\$ 278,5 milhões em conversão direta com o Euro Ptax considerando a data de 31/12/2022, R\$ 5,5694).

Ademais, foram utilizados 49,52% dos recursos oriundos dos contratos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os quais estão sendo utilizados para ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná, restando a liberar R\$ 658 milhões em 31 de dezembro de 2022, incluindo valores das Debêntures da 7ª emissão.

A Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são importantes para realizar os investimentos nele previstos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultados e de fluxo de caixa

As informações financeiras a seguir são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise Vertical (AV) e a Análise Horizontal (AH) das contas da Demonstração de Resultados referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH (%)
Receita Líquida Operacional	5.673.647	100,00	5.204.412	100,00	9,02
Custos dos Serviços Prestados	(2.383.355)	(42,01)	(2.120.008)	(40,73)	12,42
Lucro Bruto	3.290.292	57,99	3.084.404	59,27	6,68
Despesas Operacionais	(1.501.747)	(26,47)	(1.205.656)	(23,17)	24,56
Comerciais	(469.608)	(8,28)	(356.540)	(6,85)	31,71
Administrativas	(692.613)	(12,21)	(612.189)	(11,76)	13,14
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(102.055)	(1,80)	(25.399)	(0,50)	301,81
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.300)	(0,06)	(2.958)	(0,06)	11,56
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	(73.375)	(1,29)	(70.948)	(1,36)	3,42
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(72.703)	(1,28)	(57.425)	(1,10)	26,61
Programa de Participação nos Resultados	(88.093)	(1,55)	(80.197)	(1,54)	9,85
Receitas (Despesas) Financeiras	(242.998)	(4,28)	(275.182)	(5,29)	(11,70)
Receitas Financeiras	264.891	4,67	105.281	2,02	151,60
Despesas Financeiras	(507.889)	(8,95)	(380.463)	(7,31)	33,49
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	1.545.547	27,24	1.603.566	30,81	(3,62)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(394.009)	(6,94)	(425.935)	(8,18)	(7,50)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.151.538	20,30	1.177.631	20,76	(2,22)

Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida aumentou 9,0%, passando de R\$ 5.204,4 milhões no exercício de 2021 para R\$ 5.673,6 milhões no exercício de 2022, principalmente pelos seguintes fatores: (i) Reajuste tarifário de 5,11%, aplicado nas contas de água e esgoto a partir do dia 05 de fevereiro de 2021; (ii) Revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021; (iii) Aumento na quantidade de ligações de água em 1,9% (de 3.348.441 em dezembro de 2021 para 3.410.686 em dezembro de 2022); e (iv) Aumento na quantidade de ligações de esgoto em 2,7% (de 2.379.696 em dezembro de 2021 para 2.445.588 em dezembro de 2022).

O volume faturado de água aumentou 2,5% (de 521,5 milhões de m³ para 534,6 milhões de m³ acumulado até dezembro de 2021 e 2022, respectivamente) e o volume faturado de esgoto cresceu 4,1% (de 396,5 milhões de m³ para 412,9 milhões de m³ em acumulado até dezembro de 2021 e 2022, respectivamente).

Custos dos Serviços Prestados: Os custos dos serviços prestados cresceram 12,4%, passando de R\$ 2.120,0 milhões no exercício de 2021 para R\$ 2.383,4 milhões no exercício de 2022, principalmente em função das seguintes variações: (i) Os custos com pessoal aumentaram 20,4%, passando de R\$ 417,3 milhões em 2021 para R\$ 502,6 milhões em 2022; (ii) os gastos com materiais cresceram 35,1%, passando de R\$ 178,7 milhões em 2021 para R\$ 241,5 milhões em 2022, principalmente em material de operação de sistemas, material de tratamento e combustíveis e lubrificantes; e (iii) os gastos com serviços de terceiros cresceram 1,1%, passando de R\$ 965,4 milhões em 2021 para R\$ 975,6 milhões em 2022, principalmente nos serviços de operação e manutenção de sistemas, serviços de vigilância, serviços de manutenção eletromecânica, serviços técnicos operacionais e serviços de remoção de resíduos de esgoto.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas Operacionais - Comerciais: As despesas comerciais aumentaram 31,7%, passando de R\$ 356,5 milhões no exercício de 2021 para R\$ 469,6 milhões no exercício de 2022, principalmente pelo acréscimo percebido na Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos, que aumentaram 85,2%, passando de R\$ 103,8 milhões em 2021 para R\$ 192,3 milhões em 2022, reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares vencidas a mais de 180 dias.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais: As Outras Despesas (Receitas) Operacionais cresceram 301,8%, passando de R\$ 25,4 milhões no exercício de 2021 para R\$ 102,1 milhões no exercício de 2022, principalmente pelo reconhecimento de R\$ 87,6 milhões em 2022 referente a conversão de 5 Autos de Infração Ambiental – AIA, lavrados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA no ano de 2012 em 2 Termos de compromisso de Conversão de Multas – TCCM, o qual será desembolsado ao longo de 120 meses na execução de Ações Ambientais relacionadas ao projeto denominado “Requalificação dos Complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno”.

Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica: As despesas com provisões com Planos de Aposentadoria e Assistência médica aumentaram 26,6% em relação ao exercício de 2021 em face das atualizações decorrentes dos cálculos atuariais realizados no encerramento do exercício de 2022.

Programa de Participação nos Resultados: A provisão contábil para o Programa de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecidas para o exercício de 2022, foi no montante de R\$ 88,1 milhões.

Resultado Líquido: O resultado líquido no exercício de 2022 foi R\$ 1.151,5 milhões, um decréscimo de 2,2% em relação ao exercício anterior. A receita operacional bruta teve um crescimento de 9,2%, enquanto os custos e despesas operacionais registraram um aumento de 16,8% em relação ao exercício de 2021. Vale destacar que houve uma economia no pagamento do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 147,1 milhões, em função do crédito aos acionistas de Juros sobre o Capital Próprio, em substituição aos Dividendos, no montante de R\$ 432,6 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise Horizontal (AH) dos elementos das Demonstrações dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH (%)
Lucro Líquido do Exercício	1.151.538	57,83	1.177.631	69,21	(2,22)
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais					
Depreciações e Amortizações	433.420	21,77	394.466	23,18	9,88
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	16.378	0,82	18.055	1,06	(9,29)
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	2.464	0,12	656	0,04	275,61
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	(14.456)	(0,73)	(17.495)	(1,03)	(17,37)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	192.257	9,66	103.830	6,10	85,17
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(82.812)	(4,16)	(46.312)	(2,72)	78,81
Provisões	73.375	3,68	70.948	4,17	3,42
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	72.703	3,65	57.425	3,37	26,61
Juros sobre Financiamentos	358.225	17,99	240.071	14,11	49,22
Variações Monetárias sobre Financiamentos	99.905	5,02	95.551	5,62	4,56
Juros e Atualizações Monetárias sobre Arrendamentos	66.837	3,36	56.026	3,29	19,30
Variações Cambiais, líquidas	(1.093)	(0,05)	(165)	(0,01)	562,42
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	3.387	0,17	595	0,03	469,24
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.300	0,17	2.958	0,17	11,56
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	5.442	0,27	4.272	0,25	27,39
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	41	0,00	225	0,01	(81,78)
	1.229.373	61,74	981.106	57,66	25,30
Variação nos Ativos e Passivos					
Contas a Receber de Clientes	(381.141)	(19,14)	(327.256)	(19,23)	16,47
Impostos e Contribuições a Recuperar	(26.914)	(1,35)	(4.610)	(0,27)	483,82
Estoques	(19.263)	(0,97)	(3.823)	(0,22)	403,87
Depósitos Judiciais	(98.701)	(4,96)	(88.118)	(5,18)	12,01
Outras Contas a Receber	2.461	0,12	8.914	0,52	(72,39)
Empreiteiros e Fornecedores	25.896	1,30	58.406	3,43	(55,66)
Impostos e Contribuições	443.238	22,26	434.385	25,53	2,04
Salários e Encargos a Pagar	31.525	1,58	(54.479)	(3,20)	(157,87)
Cauções e Retenções Contratuais	7	0,00	(97)	(0,01)	(107,22)
Receitas a Apropriar	14.133	0,71	(4.200)	(0,25)	(436,50)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(469.301)	(23,57)	(457.455)	(26,88)	2,59
Outras Contas a Pagar	88.403	4,44	(18.868)	(1,11)	(568,53)
	(389.657)	(19,57)	(457.201)	(26,87)	(14,77)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	1.991.254	100,00	1.701.536	100,00	17,03
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(1.744.142)	99,70	(1.320.162)	99,93	32,12
Aplicação em Investimentos	(5.180)	0,30	(950)	0,07	445,26
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(1.749.322)	100,00	(1.321.112)	100,00	32,41
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Financiamentos Obtidos	1.073.339	(6.266,94)	799.220	(294,24)	34,30
Amortizações de Financiamentos	(328.486)	1.917,94	(469.674)	172,92	(30,06)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(326.645)	1.907,19	(230.741)	84,95	41,56
Pagamentos de Arrendamentos	(87.578)	511,34	(78.591)	28,93	11,44
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(12.848)	75,02	(12.516)	4,61	2,65
Depósitos Vinculados	(25.562)	149,25	(11.743)	4,32	117,68
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(309.347)	1.806,19	(267.575)	98,51	15,61
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(17.127)	100,00	(271.620)	100,00	(93,69)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	224.805		108.804		106,61
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	983.127		874.323		12,44
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.207.932		983.127		22,87

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais: As principais variações que impactaram positivamente a geração de caixa líquido das Atividades Operacionais estão relacionadas aos ajustes de conciliação do resultado devido, principalmente, ao aumento de: (i) 15,7% das Depreciações e Amortizações ocasionado pelo aumento dos investimentos realizados; (ii) 35,6% de Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos relacionada com o aumento da inadimplência no período; e (iii) de 47,6% de Juros sobre Financiamentos decorrente da captação de novos recursos de terceiros, do reajuste do contrato de arrendamento mercantil do litoral, da variação do IPCA e da manutenção do CDI em 13,65% em dezembro de 2022. O registro da Dívida em Outras Contas a Pagar no valor de R\$ 87,6 milhões relacionados à conversão de multa do IBAMA em 2 Termos de Compromisso de Conversão de Multas – TCCM, refletiram positivamente na variação indireta do fluxo de caixa das Atividades Operacionais.

Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento: A principal variação das aplicações nas atividades de investimentos está relacionada com os investimentos no Imobilizado e Intangível realizados no exercício de 2022, que foram de R\$ 1.744,1 milhões, representando um aumento de 32,1% em relação ao exercício anterior, sendo distribuído em 39% no segmento água, 53% no segmento esgoto e 8% em bens administrativos e outros.

Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamentos: As principais variações das aplicações nas atividades de financiamentos decorrem do aumento na captação de empréstimos e financiamentos no exercício de 2022, no montante de R\$ 1.073,3 milhões, 34,3% superior ao exercício anterior, objetivando expandir a prestação de serviços e manter a liquidez da Companhia. Em 2022, também, foram pagos R\$ 326,6 milhões em juros sobre financiamentos, 37,7% a mais do que em 2021, em decorrência principalmente do aumento dos valores captados e pelos acréscimos decorrentes das variações dos índices econômicos contratuais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é gerada preponderantemente por meio das suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e contratos de programa. O crescimento da Companhia está ligado ao crescimento da população do Estado do Paraná e ao aumento do número de unidades que necessitam dos serviços de saneamento básico.

Dos 346 municípios atendidos pela Sanepar, 326 estão com contratos vigentes, enquanto os demais estão com o prazo expirado, porém, em operação. A principal receita advém do contrato firmado com o Município de Curitiba, cujos percentuais da receita nos exercícios de 2022, 2021 e 2020 corresponderam a 22,1 %, 21,5% e 22,2%, respectivamente. As outras nove receitas mais relevantes representaram nos mesmos exercícios 31,4%, 31,2 % e 31,1% respectivamente do total da receita da Companhia.

A receita da Companhia continua sendo composta, na sua maioria, pela prestação de serviços a clientes residenciais, comerciais e industriais nos municípios atendidos, sendo que 62,5% da receita corresponde ao fornecimento de água e serviços relacionados, 36,2% corresponde à receita de esgoto e serviços conexos e 1,3% corresponde aos demais serviços. A solidez da receita está amparada pelos contratos de programa/concessão entre a Companhia e os municípios que tem *Maturity** de 17,4 anos (*com base na receita bruta de cada município).

Anualmente, a Sanepar publica o Plano de Trabalho Integrado de Gerenciamento de Riscos Estratégicos. Em 2022, a Companhia implementou o novo portfólio de riscos corporativos, que vem sendo acompanhado sistematicamente em todos os níveis da gestão. Entre os 21 riscos estratégicos, 6 foram priorizados, e dentre eles está a “Redução de Receita”. Para fazer frente ao tratamento desse risco, a Sanepar também avançou no mapeamento de riscos dos processos, para possibilitar a avaliação dos sistemas de controle internos e, assim, aperfeiçoar e assegurar a gestão em todos os níveis da Companhia, incluindo o tático e o operacional. Os resultados da gestão de riscos são relatados ao Comitê de Riscos mensalmente. Essas informações são apresentadas à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração trimestralmente.

A tabela abaixo apresenta o total da receita operacional da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021, e 2020, segmentados por natureza:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(Em milhares de Reais)			
Receitas com Água	3.740.630	3.415.183	3.124.101
Receitas com Esgoto	2.186.347	1.993.856	1.856.001
Receitas de Serviços	106.938	112.279	119.347
Receitas de Resíduos Sólidos	12.503	11.740	11.863
Serviços prestados a Prefeituras	22.027	20.914	20.413
Doações efetuadas por Clientes	35.202	34.171	21.708
Outras Receitas	6.362	5.760	7.297
TOTAL	6.110.008	5.593.903	5.160.730
COFINS/PASEP	(436.361)	(389.491)	(361.075)
Receita Operacional Líquida	5.673.647	5.204.412	4.799.655

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5,7 bilhões, alta de 9,0% em comparação com o ano de 2021. Tal resultado se deve, principalmente, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 4,96% a partir de maio de 2022, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 5,11 %, aplicado desde 5 de fevereiro de 2021, e à revisão tarifária de 5,77%, em vigor desde 17 de maio de 2021.

A Companhia expandiu, em 2022, os serviços e realizou 62 mil novas ligações de água e 66 mil novas ligações de esgoto, que contribuíram para o crescimento de 2,5% no volume faturado de água e de 4,1% no volume faturado de esgoto.

Em 2022, o Lucro Líquido foi de R\$ 1,15 bilhão, um decréscimo de 2,2% na comparação com 2021. A margem líquida recuou 2,3 p.p., alcançando 20,3% no ano, em que pese a economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos tenha contribuído positivamente com o resultado do exercício.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 5,2 bilhões, sendo que desse total, R\$ 3,3 bilhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 1,9 bilhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. O aumento em relação a 2020 foi de 8,4%, reflexo do Reajuste Tarifário Anual – IRT de 5,11% a partir de 05 de fevereiro de 2021 e da revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021, apesar da diminuição dos volumes faturados de água e esgoto, reflexo da crise hídrica prolongada e das mudanças no perfil de consumo das famílias atendidas. Outro fator decorre do aumento de 2,3% na quantidade de ligações de água e de 3,1% na quantidade de ligações de esgoto se comparados a 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 4,8 bilhões, sendo que desse total, R\$ 3 bilhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 1,8 bilhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. O aumento em relação a 2019 foi de 1,6% reflexo da expansão dos serviços de água e esgoto e do Reajuste Tarifário Anual – IRT de 8,37% e do reestabelecimento do IRT de 3,76% aplicados em 2019, impactando integralmente em 2020, apesar da postergação dos reajustes pela Agepar devido à pandemia da COVID-19 e da diminuição dos volumes faturados de água e esgoto, resultado da situação de emergência hídrica que vigora no Estado do Paraná, o que demandou ações mitigadoras devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuva. Outro fator decorre do aumento de 2,5% na quantidade de ligações de água e de 3,5% na quantidade de ligações de esgoto se comparados a 2019.

Ademais, os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- as condições do ambiente macroeconômico brasileiro;
- crescimento populacional do Estado do Paraná;
- processos de revisão e reajustes de tarifas;
- situações climáticas; e
- o custo dos insumos relevantes para suas operações.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno e, consequentemente, não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita operacional líquida. A receita operacional líquida da Companhia é impactada, entre outros, pelos reajustes e revisões tarifárias, pelos volumes faturados e quantidade de ligações.

A receita operacional líquida e condição financeira são altamente dependentes da capacidade da Companhia de obter a aprovação e estabelecer tarifas adequadas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Conforme estabelecido pela AGEPAR, a 2ª RTP foi dividida em duas fases. A primeira fase, baseada na metodologia aplicada no primeiro ciclo tarifário, foi consolidada em nove notas técnicas. Em consonância com o estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 222/2020, as notas técnicas foram submetidas a consultas públicas, no período de 04 de janeiro a 17 de fevereiro de 2021, e audiência pública em 31 de março de 2021.

Todo o processo para definição da tarifa e fatores que a compõe pode ser consultado no endereço eletrônico: <http://www.agepar.pr.gov.br/pagina/notas-tecnicas>.

Em 20/04/2023 o Conselho Diretor da AGEPAR homologou o índice de 8,2327% referente à 2ª fase da 2ª RTP, com início de vigência da nova tarifa a partir de 17 de maio de 2023.

O quadro a seguir demonstra, nos períodos indicados, os aumentos percentuais das tarifas da Companhia (reajuste médio), comparados a três índices de inflação.

INDEXADORES	2022	2021	2020
IPCA	5,78%	10,06%	4,52%
IGP-M	5,45%	17,78%	23,14%
INPC	5,93%	10,16%	5,45%
SANEPAR	4,96%	5,77%	5,11% *

*Aplicado em 05/02/2021

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2022, o cenário externo impôs reflexos severos à economia, impactando no consumo das famílias, nos investimentos das empresas, afetados pela Selic mais alta tornando o crédito mais caro e no mercado de insumos trazendo preços mais elevados.

No cenário interno, por sua vez, reflexos ainda de 2020 e 2021, os resultados sofreram com reajuste tarifário inferior à inflação, com aumento significativo de preços dos principais insumos da Companhia, com volume menor do que a média histórica em decorrência da variação climática decorrentes de temperaturas mais amenas e muita chuva, além do índice de inadimplência atingindo o maior percentual (3,4%), principalmente devido à ausência de cortes no fornecimento, que tiveram início a partir da pandemia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Quanto às receitas, custos, e fluxos de caixa, a receita operacional líquida aumentou 9,0% passando de R\$ 5.204,4 em 2021 para R\$5.673,6 em 2022 decorrente de: reajuste tarifário de 4,96% a partir de 17 de maio de 2022, crescimento dos volumes faturados de água e esgoto e do aumento no número de ligações.

Sob o aspecto de custos com material, houve um acréscimo de 32,6% principalmente os relacionados a materiais de tratamento, que representam aproximadamente 67% do total dos gastos com materiais no ano. Já a energia elétrica teve uma redução de 3,5% decorrente, principalmente, pela redução da alíquota de ICMS de 29% para 18% sobre as faturas de energia elétrica e prática da bandeira tarifária verde a partir de 17/04/2022, apesar da redução de 3% no subsídio aplicado nas unidades consumidoras que usufruíam do desconto para saneamento, que passou de 6% para 3% e pelo reflexo do reajuste tarifário médio de 4,90% aplicado a partir de 24/06/2022.

Sob o aspecto de Empréstimos e Financiamentos, com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia, a Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e ao mercado de capitais. O cenário adverso de 2021, com crise hídrica e pandemia, impactou 2022 e trouxe um horizonte desafiador não só para a Sanepar, mas para todo o setor de saneamento no Brasil. Durante o ano de 2022, a Companhia captou R\$ 349,6 milhões de recursos com a Caixa Econômica, R\$ 56,4 milhões com o BNDES PAC2, R\$ 49,7 milhões com o BNDES AVANÇAR e R\$ 17,6 milhões com o Banco KfW.

Além dos valores captados com as instituições financeiras, a Companhia efetuou, em janeiro de 2022, a 12ª emissão de Debêntures, com captação de R\$ 600 milhões no mercado, em duas séries de R\$ 300 milhões, sendo uma institucional e a outra por meio de Debêntures Incentivadas, que seguem a instrução da Lei nº 12.431 cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento da infraestrutura no país, oferecendo incentivos fiscais de isenção de Imposto de Renda.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Conforme descrito na Nota Explicativa 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, item 2.2 – Mudança de prática contábil, até o Exercício de 2021 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como “Despesas Comerciais”. Estes valores decorrem de compromissos financeiros assumidos nos Contratos de Programa/Concessão entre a Companhia e os municípios concedentes, e representam um valor percentual calculado sobre a receita bruta da Companhia nos respectivos municípios.

A partir do Exercício de 2022 a Companhia passou a registrar os gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como Custo dos Serviços Prestados, e não mais na rubrica de Despesas Comerciais. Esta classificação não afetou o resultado do exercício. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das informações contábeis e demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os valores dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” apresentados nas Demonstrações dos Resultados de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Divulgado 2020	Ajuste	Reclassificado 2020
Custos dos Serviços Prestados	(1.921.161)	(65.927)	(1.987.088)
Despesas Comerciais	(437.859)	65.927	(371.932)
Impacto no resultado do exercício	-	-	-

Descrição	Divulgado 2021	Ajuste	Reclassificado 2021
Custos dos Serviços Prestados	(2.050.737)	(69.271)	(2.120.008)
Despesas Comerciais	(425.811)	69.271	(356.540)
Impacto no resultado do exercício	-	-	-

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Sanepar respeita a independência do auditor externo e entende a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores informam que os relatórios dos auditores independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes referente às informações contábeis intermediárias apenas do período encerrado em 31 de março de 2022 foram emitidos com ênfase, de acordo com as informações transcritas abaixo. Para os períodos encerrados em 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, os relatórios foram emitidos sem ênfase.

Para o período findo em 31 de março de 2022:

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executadas pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity” respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigação interna independente (Operações “Águas Claras” e “Ductos” Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às informações contábeis intermediárias, as investigações internas, que estavam sendo acompanhadas pela CEI, foram concluídas. Em relação às operações “Águas Claras” e “Ductos” foram tomadas as devidas providências pelo Conselho de Administração conforme mencionado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 05 de maio de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Para o período findo em 30 de junho de 2022:

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao ano anterior

As informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações intermediárias correspondentes ao resultado e resultado abrangente para o período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado do período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidas sob a nossa responsabilidade, os quais continham ênfase sobre ☒ Investigação interna independente, referente às Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, “Águas Claras” e “Ductos” que foram concluídas ao final do exercício de 2021, e emitimos relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de agosto de 2021 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 04 de agosto de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Para o período findo em 30 de setembro de 2022:

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao ano e período anterior

As informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações intermediárias correspondentes ao resultado e resultado abrangente para o período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais obtidos das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidas sob a nossa responsabilidade, os quais continham ênfase sobre a investigação interna independente, referente às Operações "Rádio Patrulha", "Integração", "Águas Claras" e "Ductos" que foram concluídas ao final do exercício de 2021, e emitimos relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de novembro de 2021 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 03 de novembro de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Ênfase" relacionada à investigação, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo atuário independente. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada. O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 23, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia. Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Demandas administrativas e judiciais

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é parte passiva em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cuja provisão para contingências soma um montante de R\$ 689.000 mil em 31 de dezembro de 2022, como resultado de suas atividades operacionais. O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela Administração, bem como a realização de entrevistas com a Administração e com o departamento jurídico da Companhia, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos o histórico de perdas da Companhia e se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 18, está razoável. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Contratos de programa/concessão

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, 11 e 13b às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 676.465 mil registrado como Ativos Financeiros Contratuais, R\$ 2.746.449 mil registrado como Ativo de Contrato e R\$ 8.954.657 mil registrado no Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2022, relacionados a investimentos realizados em consonância com seus contratos de programa/concessão de serviços de saneamento. Os valores do Ativo Intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido a esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável “*impairment*” desses ativos e, adicionalmente, opta por divulgar sua análise do valor em uso, com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento jurídico e operacional da Companhia, além da sua área financeira-contábil, para entender situações das renovações pendentes de contratos vencidos; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Companhia acerca da situação e probabilidade de ganho dos eventuais contratos em disputa entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Companhia com o objetivo de identificar problemas relacionados a continuidade de seus contratos de programa/concessão. Tais procedimentos visaram suportar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível *impairment* dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia. Adicionalmente, devido ao fato de a Companhia opcionalmente realizar análise do valor em uso do seu Ativo Intangível e divulgar essa informação conforme Nota Explicativa nº 13d, mesmo não sendo requerida conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos por se tratarem de ativos com vida útil definida, nossos procedimentos incluíram a leitura do laudo preparado pela Companhia incluindo as previsões de fluxo de caixa futuro consideradas e principais premissas

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

utilizadas e análise da divulgação adequada das referidas premissas nas notas explicativas às demonstrações contábeis Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de *impairment* para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sendo que emitimos relatório sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2022, contendo parágrafo de ênfase referente a “Investigação” interna independente, referente às Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, e “Águas Claras” e “Ductos” que foram concluídas ao final do exercício de 2021.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não praticou eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Valor das medições não contábeis (EBITDA e Margem EBITDA)

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil divulgada pela Sanepar em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM nº 527"), conciliada com as demonstrações contábeis e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. A margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não são auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que utilizamos como base para o cálculo a Instrução CVM nº 527, que versa sobre essa medida no artigo 3º, inciso I.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da margem EBITDA, para os períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
(milhares de R\$)	2022	2021	2020
EBITDA	2.221.965	2.273.214	1.932.397
Margem EBITDA	39,2%	43,7%	40,3%

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
(milhares de R\$)	2022	2021	2020
Lucro Líquido	1.151.538	1.177.631	996.343
(+) Resultado financeiro líquido	242.998	275.182	204.775
(+) Imposto de renda e contribuição social	394.009	425.935	369.412
(+) Depreciação e amortização	433.420	394.466	361.867
Total	2.221.965	2.273.214	1.932.397

2.5 Medições não contábeis

Margem EBITDA

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
<i>(milhares de R\$, exceto %)</i>	2022	2021	2020
Receita Operacional líquida	5.673.647	5.204.412	4.799.655
Margem EBITDA ⁽¹⁾	39,2%	43,7%	40,3%

⁽¹⁾ A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita operacional líquida

Dívida Bruta e Dívida Líquida

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
<i>(milhares de R\$)</i>	2022	2021	2020
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	5.083.244	4.120.566	3.647.558
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.207.932)	(983.127)	(874.323)
Dívida Líquida	3.875.312	3.137.438	2.733.265
Patrimônio Líquido	8.786.887	7.826.342	6.943.163
EBITDA Acumulado 12 meses	2.221.965	2.273.214	1.932.397
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,74x	1,38x	1,41x
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,44x	0,40x	0,40x

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA e a Margem EBITDA são divulgados pela Companhia como informação complementar por entender que são indicadores úteis na avaliação do desempenho operacional da Companhia.

O Endividamento Bruto e Líquido são medidas apropriadas para demonstrar as obrigações oriundas das dívidas tomadas frente ao mercado e é um componente do cálculo do Índice de Alavancagem Financeira, com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA, as quais não são auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes. Para efeito de dívida líquida consideram-se empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil, menos caixa e equivalentes de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social de 2022 que as altere substancialmente

Em 26 de janeiro de 2023, na 1ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração aprovou o início da estruturação da operação de emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, com esforços restritos de colocação, não incentivadas, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, no montante total de até R\$ 400 milhões.

Conforme comunicado ao mercado em 07 de fevereiro de 2023, a Companhia e o Município de Maringá requereram a suspensão da Ação Civil Pública em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo prazo de 30 (trinta) dias, em razão de demandas internas, em sede administrativa, inerentes ao objeto da ação.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando

a. regras sobre a retenção de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, observado nos 3 últimos exercícios sociais, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, o valor decorrente de doações e subvenções governamentais será destinado a Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), 5,0% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não poderá exceder a 20,0% do capital social, de acordo com o art. 193 da mesma Lei.

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

De acordo com a tabela abaixo é possível identificar a destinação relativa ao lucro líquido dos 3 últimos exercícios sociais:

AGO	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	28/04/2022	22/04/2021	
	(Em milhares de Reais)		
Reserva de Incentivos Fiscais	55	12	1.207
Reserva Legal (5%)	57.574	58.881	49.757
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio*	432.623	343.564	296.428
Reserva para Plano de Investimentos	665.998	780.674	654.746

* Em 2021 foram destinados R\$ 325.863 a título de JCP e R\$ 17.701 dividendos complementares.
Em 2020 e 2022, os valores foram distribuídos apenas a título de JCP.

b. regras sobre a distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado (lucro líquido do exercício após a constituição de reserva para incentivos fiscais e reserva legal) de acordo com a legislação societária. A Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional de até mais 25% do lucro líquido.

Para os acionistas detentores de ações preferenciais é atribuído juros sobre o capital próprio

2.7 Destinação de resultados

e/ou dividendo por ação, 10% superior do que for atribuído aos acionistas detentores de ações ordinárias, na forma do inciso II, do parágrafo 1º do art. 17, da Lei das Sociedades por Ações.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Sanepar efetua semestralmente, em junho e dezembro de cada exercício, crédito contábil aos seus acionistas referente a Juros sobre o Capital Próprio relativo ao resultado de cada semestre, para os acionistas com posição acionária no último dia útil de junho e de dezembro de cada exercício.

Hoje, o fluxo de declaração, crédito e pagamento de proventos segue o que está estabelecido na Política de Dividendos, ou seja, é preciso a aprovação e definição da data de pagamento em AGO (Assembleia Geral Ordinária) que se realizará dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, por proposta da administração da Companhia.

A Companhia poderá, ainda em períodos inferiores declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nas demonstrações contábeis intermediárias, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Ainda, por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração anual ou semestral. Também mediante decisão do Conselho de Administração, os dividendos, inclusive dividendos intermediários e/ou intercalares, poderão ser pagos a título de juros sobre capital próprio. Dividendos intermediários e/ou intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Os dividendos são pagos dentro do prazo de 60 dias, a contar da data de realização da Assembleia Geral que aprovar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e na Política de Dividendos da Companhia, não há, além das atribuídas às emissões de debêntures abaixo relacionadas, restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Assim, poderão vencer antecipadamente, caso a Companhia distribua dividendos ou realize quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, estando em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nas escrituras de emissão das debêntures ou no

2.7 Destinação de resultados

descumprimento de qualquer dos índices financeiros definidos, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório às:

- 12ª emissão de debêntures da Companhia emitida em janeiro de 2022 em 2 séries, com vencimentos em 15 de janeiro de 2027/2032;
- 11ª emissão de debêntures da Companhia emitida em março de 2021, em três séries, com vencimentos em 15 de março de 2025/2029/2031;
- 10ª emissão de debêntures da Companhia realizada em março de 2020, com vencimento em 15 de março de 2027;
- 9ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 16 de junho de 2019, em 2 séries, com vencimentos em 16 de junho de 2024/2026;
- 8ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 21 de junho de 2018, com vencimento em 21 de junho de 2023;
- 7ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de novembro de 2011, em 4 séries, com vencimento em 15 de novembro de 2038;
- 4ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de julho de 2018, em 2 séries, com vencimento em 15 de julho de 2027; e
- 2ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de agosto de 2011, em 3 séries, com vencimentos em 16 de agosto de 2024.

Para mais informações sobre as referidas debêntures, ver item 12.3 do Formulário de Referência.

- e. **se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Política de Dividendos formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, em sua 4ª/2017 Reunião Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2017.

A referida política estabelece os princípios e diretrizes quanto ao pagamento dos dividendos pela Companhia. Os limites e critérios estabelecidos estão fundamentados na Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), no Estatuto Social da Companhia e em deliberações do Conselho de Administração e/ou Assembleia Geral da Companhia.

A referida política está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido indicando respectivos passivos;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) contratos de construção não terminada;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis;

Não se aplica.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Fundamental para o desenvolvimento humano, o saneamento requer investimentos constantes para a garantia e a melhoria dos serviços prestados, seja no abastecimento de água ou na coleta e tratamento de esgoto. A Companhia fez as adequações em seu Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para atender à Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, complementada pelo Decreto nº 10.710, de maio de 2021.

A Companhia aprovou na 11ª/2023 Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2023 o Programa de Investimentos para o período de 2024 a 2028. O programa de investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; *compliance* ambiental; infraestrutura administrativa, entre outros.

Investimentos previstos para o período de 2024 a 2028	
Anos	R\$ Milhões
2024	2.381,9
2025	2.524,2
2026	2.169,6
2027	1.977,5
2028	2.162,6
Total	11.215,8

Este Plano de Investimentos, elaborado para um ciclo de cinco anos, é denominado Plano Plurianual de Investimentos – PPI e é revisado anualmente com a participação do corpo gerencial da Companhia.

Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Delegados do Paraná (AGEPAR) emitiu o atestado de capacidade econômico-financeira da Sanepar para o atendimento a 310 municípios, após afastar a ressalva quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção de tal atestado. A AGEPAR também reafirmou sua inclusão como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos.

O desafio é grande porque o esgotamento sanitário precisa avançar em municípios pequenos, com base de usuários reduzida e sujeita a capacidade de pagamento dos usuários – muitas vezes beneficiários de subsídios como Água Solidária. As obras para implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário são, em muitas localidades, complexas e caras – o subsídio cruzado é

2.10 Planos de negócios

fundamental para alcançar as metas de universalização. A Companhia está preparada para superar os entraves e atender as metas de universalização.

A Sanepar vem trabalhando para atender essas localidades, estudando alternativas que garantam serviços de qualidade sem prejudicar a sustentabilidade econômica da Companhia. Foram investidos, entre 2018 e 2022, R\$ 6,1 bilhões em implantações, ampliações e reposição de ativos. Nos próximos cinco anos, até 2027, o PPI prevê outros R\$ 10,7 bilhões, dos quais: R\$ 6,5 bilhões nos sistemas de esgoto, R\$ 3,8 bilhões na distribuição de água tratada e R\$ 0,4 bilhão em outros serviços.

A Companhia busca por meio destes recursos estar alinhada com os seus objetivos estratégicos e eixos norteadores:

- Sustentabilidade – Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos negócios; conservar o meio ambiente; promover a responsabilidade social;
- Clientes e Poder Concedente - Manter e ampliar o mercado; elevar a satisfação e fidelizar os clientes; fortalecer a imagem da empresa;
- Processos – Garantir a qualidade dos produtos e serviços; aprimorar e inovar projetos e processos; assegurar as práticas regulatórias e de governança corporativa; e
- Aprendizado e Crescimento – Fortalecer a cultura da inovação; aperfeiçoar o conhecimento, as habilidades e atitudes; desenvolver o ambiente organizacional.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos relativos ao Plano Plurianual de Investimentos são oriundos de recursos próprios, bem como de terceiros, que a Administração pretende obter via contratação de novos financiamentos com instituições financeiras, além das linhas já contratadas e em fase de desembolso.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de qualquer desinvestimento relevante.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou, parcialmente, sua operação em junho de 2017 e, em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e, iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar.

2.10 Planos de negócios

Além da participação acima e dos investimentos realizados em sistemas de saneamento básico no Estado do Paraná, não foram adquiridos outros ativos que possam influenciar materialmente em sua capacidade de prestação de serviços.

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

- Monitoramento em tempo real de ativos naturais e construídos (rios, reservatórios, barragens), além do monitoramento climático;
- Avaliação de novas estratégias técnico-científicas, a exemplo da hidrossemeadura de nuvens visando a indução de chuvas localizadas e sua quantificação nas principais bacias de contribuição do sistema de abastecimento da RMC;
- Desenvolvimento de sistema inteligente de monitoramento e segurança de barragens;
- Avaliação das soluções baseadas na natureza como estratégia de resiliência hídrica;
- Epidemiologia baseada no esgoto como ferramenta de vigilância sanitária;
- Estudos sobre o uso do biogás como combustível para promover termicamente a secagem e a higienização de lodo de esgoto, geração de energia elétrica e produção de biometano e hidrogênio;
- Usina solar flutuante em reservatórios de água;
- Geração hidroenergética em infraestruturas sanitárias;
- Estudo de alternativas para sistemas descentralizados de tratamento de esgoto;
- Uso de nanobolhas para o tratamento de águas urbanas e esgoto;
- Monitoramento inteligente de sistema de abastecimento de água;
- Detecção inteligente de perdas de água em redes de distribuição;
- Avaliação em escala piloto da secagem térmica de lodo com microondas e produção de pavers;
- Desenvolvimento de metodologias e processos para a recuperação e monitoramento de nutrientes a partir de águas residuais e sensoriamento da eficiência do processo;
- Monitoramento de micropoluentes na água e no esgoto;
- Estudo da aplicabilidade de bentonitas no tratamento da água;
- Construção de plataformas nanoestruturadas para a reforma fotoeletrocatalítica de biogás; e

2.10 Planos de negócios

- Programa Paranaense de Pesquisa em Saneamento Ambiental (PPPSA).

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2022, investiu-se R\$ 13 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

- Cooperação técnica e financeira firmada entre a Itaipu, a Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil e a Sanepar visando o desenvolvimento do projeto intitulado “Implantação de Sistemas Sustentáveis de Esgotamento Sanitário”;
- Implementação do sistema de secagem térmica de lodo de esgoto na ETE Atuba Sul (da pesquisa – 100 kg/h para a prática em escala – 5.000 kg/h);
- Utilização tecnologias para mitigação de gases de efeito estufa e combate aos maus odores, a exemplo da operação dos queimadores com alta eficiência em ETEs de Curitiba e Região Metropolitana;
- Desenvolvimento de diretrizes para contratação de novo sistema de gestão de faturas de energia elétrica e monitoramento em tempo real em mais de 800 unidades consumidoras da Sanepar;
- Migração de unidades consumidoras de energia elétrica da Sanepar para o mercado livre;
- Realização de estudos sobre água de reuso para fins industriais e sobre tratamento de efluentes industriais;
- Realização de estudo de pré-viabilidade para uso de fibra ótica em redes coletoras de esgoto (parceria IFC, Grupo Banco Mundial);
- Compensação de energia elétrica no sistema de geração hidroenergética do Aeroporto de São José dos Pinhais e na empresa CS Bioenergia S.A.;
- Ampliação da utilização de tecnologias modulares em estações de tratamento de esgoto (ETEs);
- Estudos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas em processos da Sanepar;
- Programa de Inovação Aberta no Setor de Saneamento Ambiental (Sanepar Startups);
- Estabelecimento da estratégia de conservação e reservação natural de água para aumento da resiliência hídrica em Curitiba e Região Metropolitana; e
- Capacitação de profissionais da América Latina e África, no âmbito do Treinamento para Terceiros Países (parceria ABC/JICA-Japão).

2.10 Planos de negócios

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme reportado no item (ii), em 2022, investiu-se R\$ 13 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Ciente da relevância social dos serviços que presta, a Sanepar busca prover aos clientes mecanismos para mantê-los abastecidos, independentemente do contexto e condição de vulnerabilidade. O principal é o Programa Água Solidária, destinado a famílias de baixa renda, identificadas em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf) nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que atendem aos requisitos estabelecidos na legislação.

Em 2022, a iniciativa atendia a 300,6 mil famílias, uma ampliação de 80,7 mil em relação da 2021.

Ainda, a Sanepar também conta com o Programa Caixa D'Água Boa, que é realizado em parceria com o Governo do Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, com a participação dos Municípios, atende às famílias paranaenses em situação de vulnerabilidade social, por meio do fornecimento de kits de materiais para a instalação da caixa-d'água de 500 litros em suas residências, tendo papel de destaque no auxílio às famílias no enfrentamento recente da pandemia e crise hídrica. Em 2022 foram beneficiadas 1,5 mil famílias em 54 Municípios.

Outra ação social da Sanepar é a isenção de cobrança da primeira ligação de esgoto para os clientes residenciais moradores de municípios que ainda não atingiram 90% no índice de atendimento com esgotamento sanitário. Tal iniciativa beneficiou 41 mil famílias em 2022.

A Sanepar aderiu, em março de 2022, ao Movimento +Água, que tem por objetivo impactar a vida de mais de 100 milhões de pessoas, bem como incentivar as empresas brasileiras a reconhecerem a urgência e a necessidade de promover ações concretas para acelerar a universalização do saneamento e a segurança hídrica do Brasil. A iniciativa faz parte do programa Ambição 2030, liderado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil.

Com a adesão à iniciativa, a Sanepar assume o compromisso de atuar para alcançar as metas de universalização do saneamento até 2033, em linha com o preconizado no Novo Marco Legal do Saneamento. A Companhia se compromete, ainda, a compartilhar seu progresso no tema com o Pacto Global. O monitoramento será realizado anualmente por meio de indicadores selecionados pelo Observatório 2030, também ligado ao Pacto, e o Painel Digital do Movimento +Água.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia destinou, em 2022, R\$ 1,3 milhão em patrocínios com recursos próprios e R\$ 12,2 milhões com Publicidade e Propaganda, este por meio de convênio estabelecido junto a Secretaria de Estado de Comunicação e Cultura.

A Sanepar realiza os investimentos em publicidade seguindo critérios técnicos. Além de selecionar as mídias com maior alcance, considerando o objetivo e o público que se deseja atingir com a mensagem, trabalha também levando em consideração às características regionais de suas atividades e de suas demandas. Se houver a necessidade de uma comunicação específica para uma região ou cidade, é feito o levantamento das mídias e estudado também o período e a frequência que melhores resultados podem gerar. As campanhas e as ações seguem este critério técnico e, institucionalmente, seguem uma estratégia de frequência que dê relevância à marca e às mensagens que a Companhia repassa,

Os critérios para destinação de recursos de patrocínio são estabelecidos pela [Política de Patrocínio da Sanepar](#), que está em sua quarta versão vigente desde 12/03/2019.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 2017, foi implantada a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado, aprovada pelo Conselho da Administração, com o objetivo de apresentar e formalizar o projeto de implantação da gestão de riscos financeiros da Sanepar, em conformidade com as melhores práticas de mercado, nacionais e internacionais, e de forma coerente com os padrões definidos por órgãos reguladores.

Em 2019, a Sanepar revisou sua Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e incorporou a ela os princípios, diretrizes, regras, responsabilidades e conceitos referentes ao processo de controles internos no ambiente corporativo, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação tanto dos riscos estratégicos quanto dos riscos dos processos.

Em 2020, foi iniciado um programa visando mapear todos processos da Cadeia de Valor da Companhia até 2023, com o objetivo de implementação de melhorias, ações mitigadoras e controles mais robustos. Por intermédio desse documento, a Sanepar estabelece regras de governança e diretrizes gerais para seu processo integrado de gerenciamento dos riscos estratégicos e de controles internos corporativos, o qual tem como propósito atuar como uma ferramenta incorporada à tomada de decisão da Companhia para o atingimento dos seus objetivos estratégicos.

Em 2021, a Companhia revisou o seu portfólio de riscos corporativos, aprovados na 14ª/2021 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, em 25 de novembro de 2021, tendo identificado 21 riscos estratégicos e destes, 6 tiveram seus tratamentos e monitoramentos priorizados para gerenciamento sistemático.

No ano de 2022, a Companhia aprovou a revisão da Política do Gerenciamento de Riscos e Controles internos, na 21ª/2022 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, sendo que nesta revisão foram apenas ajustadas algumas terminologias, bem como a periodicidade de revisão, a partir de 2022, ser bianual.

As políticas podem ser acessadas no portal de RI da Sanepar:

ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas

b. Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos desenvolvida pela Companhia reforça e estabelece regras de governança e diretrizes para seu processo integrado de gerenciamento de riscos corporativos e de controle internos com o propósito atuar como uma ferramenta incorporada à tomada de decisão da Companhia para o atingimento dos seus objetivos estratégicos, num ambiente íntegro, na busca constante por melhorias, e por meio de uma aderência cada vez maior aos preceitos da boa governança, da sustentabilidade e da responsabilidade social. Para isso foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Disseminar a importância do gerenciamento de riscos e controles internos entre os empregados para a internalização dessa cultura durante o desenvolvimento e realização das atividades e rotinas dos processos da Companhia;
- Adotar regras de estruturas e mecanismos que abranjam a ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno, consoante o que estabelece o artigo 9º, Inciso I da Lei 13.303/2016;
- Garantir que a área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos e controles internos corporativos (2ª linha), esteja consoante com o que estabelece o parágrafo 2º, artigo 9º da Lei 13.303/2016;
- Assegurar o cumprimento das normas e regulamentos e aderência às políticas e procedimentos internos;
- Alinhar a estrutura dos controles internos aos riscos e objetivos estratégicos da Companhia;
- Garantir a aplicação do princípio da segregação de funções de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesses e fraudes;
- Reportar aos agentes de governança relatórios periódicos de análise crítica e monitoramento dos controles internos integrados aos riscos estratégicos priorizados da Companhia;
- Adotar a abordagem por linhas de defesa, que contempla a atuação integrada entre os gestores dos processos (gerentes), a Gerência de Governança, Riscos e *Compliance* (GGRC), e a Auditoria Interna;
- Garantir que na 1ª linha, os gestores dos processos sejam responsáveis por implementar ações que assegurem a conformidade de seus processos e o adequado gerenciamento dos riscos e respectivos controles;
- Garantir que na 2ª linha, a DAGRC, com a necessária autonomia, auxilie e monitore os gestores no gerenciamento dos riscos, controles internos e conformidade;
- Garantir que na 3ª terceira linha a Auditoria Interna, com alto nível de independência, forneça aos órgãos de governança, avaliações sobre a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos;
- Garantir que o gerenciamento de riscos se faça presente em todos os processos de gestão, controles internos e auditoria interna, promovendo a identificação antecipada dos riscos e a gestão tempestiva dos mesmos;
- Garantir que os riscos estratégicos identificados sejam analisados, classificados, priorizados e suas respostas definidas;
- Garantir que a melhoria contínua do processo de gerenciamento de riscos e controles internos seja promovida através de ciclos de avaliações e revisões, de modo a assegurar a eficácia do gerenciamento e do monitoramento dos riscos; e
- Assegurar que todas as áreas gestoras dos processos impactados pelos riscos, forneçam todas as informações necessárias, tempestivamente, para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela gerência de riscos e controles internos da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta a riscos decorrentes das atividades de seu negócio, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações nas taxas de juros (Risco de Mercado), além de:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco de Negócio, Risco de Crédito, Risco de Concessão, Risco de Liquidez, Risco Regulatório, demais riscos do macroambiente (variações cambiais, instabilidade econômica, política e social; regulamentações trabalhistas, escassez e racionamento de água e energia; políticas fiscais, etc.).

A Sanepar adota o modelo de gestão de riscos em âmbito corporativo com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management (COSO-ERM)*, sendo que a Companhia revisou o seu portfólio de riscos corporativos em 2021, aprovados na 14ª/2021 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, em 25 de novembro de 2021, tendo identificado 21 riscos estratégicos e destes, 6 tiveram seus tratamentos e monitoramentos priorizados para gerenciamento sistemático, os quais são:

- Redução de Receita;
- Não Assegurar Eficiência Operacional;
- Não Atendimento da Legislação Ambiental;
- Indisponibilidade Hídrica;
- Não Manter ou Elevar a Satisfação do Cliente; e
- Não Conformidade com a Segurança da Informação, Transparência e Lei Geral de Proteção de Dados.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Para fazer frente ao tratamento desses riscos, foram monitorados indicadores e desenvolvidas ações mitigatórias, com apresentação mensal de seus resultados ao Comitê de Gerenciamento de Riscos para aferir o atendimento dos limites de tolerância estabelecidos e, trimestralmente, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Foi seguida a metodologia de mapeamento de riscos dos processos, estabelecida em 2019, para possibilitar a avaliação dos sistemas de controle internos visando garantir e melhorar a gestão de riscos em todos os níveis da empresa (estratégico, tático e operacional).

As informações acima são registradas em uma matriz e em um portfólio de riscos, revisados periodicamente, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, considerando o rumo dos acontecimentos relacionados aos objetivos estratégicos e a mudança no agravamento do impacto ou probabilidade dos riscos.

O monitoramento contínuo dos riscos priorizados utiliza-se de indicadores, bem como do acompanhamento da evolução do plano de tratamento, os quais devem ser avaliados mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, trimestralmente pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, ou a qualquer momento em casos relevantes.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Sanepar, consoante com as melhores práticas e já estabelecendo regras de governança, conforme prevê a Lei 13.303/16 em seu art. 6º

O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes desta Lei.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em abril de 2018, implantou a estrutura da Gerência de Governança, Riscos e *Compliance*-GGRC, sendo em 2020 criada a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance*, a quem a GGRC se reporta. A Diretoria Adjunta está vinculada ao Diretor Presidente e tem a responsabilidade de verificar o cumprimento das obrigações de gerenciamento de riscos na Sanepar e a garantia da aplicação da Política.

Tal estrutura está justificada no art. 8º, inciso III da referida Lei 13.303/16, a qual prescreve:

As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência: [...] III - divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.

Fazem parte da estrutura de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos da empresa, com as suas atribuições:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) Aprovar diretrizes para o processo integrado de gerenciamento de riscos e controles internos da Sanepar (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros); b) Aprovar o apetite a risco e tolerância; c) Aprovar os riscos priorizados e seus respectivos planos de resposta e contingência; d) Avaliar, periodicamente, o portfólio dos riscos estratégicos e as ações mitigatórias reportadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Diretoria Executiva; e) Acompanhar os resultados dos processos de gerenciamento de riscos e de controles internos, por meio de relatórios gerenciais; e f) Implementar e supervisionar a estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos estabelecida para garantir o tratamento dos riscos estratégicos priorizados.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

a) Assessorar o Conselho de Administração na aprovação dos riscos estratégicos a serem priorizados e de seus respectivos planos de mitigação e contingência, bem como das modificações na avaliação de criticidade dos riscos, do apetite a risco e da definição de diretrizes e políticas para o processo de gerenciamento de riscos integrados aos controles internos; b) Assessorar o Conselho de Administração na análise das avaliações independentes anuais referentes aos processos de gerenciamento de riscos e controles internos; c) Acompanhar os resultados, planos de ações e de contingências dos processos de gerenciamento de riscos e de controles internos e reportar eventuais recomendações ao Conselho de Administração; e d) Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de gerenciamento de riscos e de controles internos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

DIRETORIA EXECUTIVA

a) Promover o processo de gerenciamento de riscos e de controles internos da Sanepar (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros) e garantir que estejam alinhados às boas práticas de gestão, inclusive ao planejamento estratégico da Companhia; b) Assegurar a aplicação das diretrizes e a aderência ao gerenciamento de riscos e aos procedimentos de controles internos; c) Deliberar sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos e controles internos e suas atualizações; d) Revisar e validar o valor do apetite a risco; e) Aprovar o plano de trabalho integrado de gerenciamento de riscos estratégicos e controle interno corporativo; f) Revisar e aprovar o portfólio de riscos estratégicos; g) Acompanhar e gerir todos os riscos estratégicos do portfólio; h) Identificar e definir as respostas aos riscos (evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar); i) Aprovar os donos dos riscos; j) Avaliar os planos de ação sugeridos pelos donos dos riscos; k) Encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, os riscos estratégicos priorizados e seus respectivos planos de ação e contingência; l) Deliberar sobre os resultados, planos de ações e de contingências dos processos de gerenciamento de riscos e de controles internos; m) Indicar a necessidade de avaliações independentes do processo de gerenciamento de riscos e controles internos (agentes internos ou externos), de modo a assegurar sua eficácia; n) Garantir o desenvolvimento contínuo dos profissionais atuantes em gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia; o) Assegurar autonomia aos agentes de controles internos da Sanepar no exercício de suas atividades, garantindo o acesso a documentos, sistemas de informação e pessoas, e demais elementos necessários ao exercício de suas atividades; p) Assegurar o alinhamento entre o Planejamento Estratégico (inclusive o Plano Plurianual de Investimentos - PPI) e o Gerenciamento de Riscos e Controle Interno, visando o adequado tratamento dos riscos; e q) Designar focais de controles internos, considerando a competência e o perfil adequados para o desempenho da atribuição.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

a) Avaliar as variações de criticidade dos riscos e quando essas forem significativas, reportá-las à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração; b) Analisar, propor e deliberar sobre diretrizes e estratégias dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos da Sanepar; c) Quando necessário, analisar e apresentar pontos de melhoria na estrutura do processo de gerenciamento de riscos e controles internos da Sanepar (metodologia, processos, sistemas, política, portfólio de riscos, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros); d) Subsidiar a Diretoria na definição do apetite a risco; e) Avaliar e deliberar para a diretoria executiva o plano de trabalho integrado de gerenciamento de riscos e controle interno corporativo; f) Acompanhar mensalmente o status das ações mitigatórias, controles internos e dos indicadores de riscos (KRI's) propostos para o tratamento dos riscos priorizados; g) Avaliar e recomendar recursos necessários para a execução dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos; h) Zelar pelo cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos Corporativos; e i) Posicionar sobre as atividades do Comitê, quando demandado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ÁREA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

a) Propor e revisar diretrizes para os processos de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos na Sanepar (metodologia, processos, sistemas, política, portfólio de riscos, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros); b) Disseminar conhecimentos sobre gestão de riscos e controles internos aos empregados, de modo a fortalecer essa cultura na Companhia; c) Elaborar e revisar periodicamente o plano de trabalho integrado de gerenciamento de riscos e controle interno corporativo (2ª linha de defesa); d) Coordenar e monitorar o processo de revisão do portfólio de riscos estratégicos, bem como o cadastramento dos controles internos junto aos envolvidos; e) Calcular e atuar, em conjunto com a Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, na discussão sobre a definição do apetite a risco aceitável da Companhia; f) Monitorar o alinhamento entre o Planejamento Estratégico (inclusive o PPI) e o Gerenciamento de Riscos e Controle Interno, visando o adequado tratamento dos riscos; g) Elaborar, revisar e atualizar o portfólio de riscos sempre que houver atualizações no Mapa Estratégico da Companhia ou quando eventos relevantes ocorrerem; h) Auxiliar na definição dos donos dos riscos e nos agentes de controles internos; i) Auxiliar o dono/facilitador do risco na definição das ações de tratamento e planos de contingências e na criação de indicadores e tolerância dos riscos; j) Auxiliar os gerentes e os agentes de controles internos no desenvolvimento dos trabalhos de cadastramento de controles internos junto às gerências; k) Acompanhar mudanças na criticidade dos riscos e reportá-las ao Comitê de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno e à Diretoria Executiva; l) Elaborar relatórios de reportes com os resultados, planos de ações e de contingências dos processos de gerenciamento de riscos e de controles internos; m) Propor e atualizar critérios para o cadastramento dos controles internos afetos aos processos impactados pelos riscos estratégicos; e n) Acompanhar a realização dos planos de ações para cadastramento dos controles internos.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Para garantir o gerenciamento eficaz de riscos e controles, a Sanepar adotou o modelo das três linhas de defesa, por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais, de acordo com metodologia desenvolvida pelo Instituto dos Auditores Internos (ECIA) em conjunto com a Federação Europeia de Gestão de Riscos (FERMA). A primeira linha é representada por todas as gerências operacionais e de apoio, a segunda linha notadamente pela Gerência de Governança, Riscos e Compliance e a terceira pela gerência de Auditoria Interna.

A verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos, inicialmente, tinha como foco principal o cumprimento do artigo 74 da Constituição Federal de 1988:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Com base na matriz de materialidade dos processos, o Controle Interno tem a atribuição de mapear, construir as matrizes de riscos e de controles internos, identificando pontos críticos e eventuais ações de melhoria. Dessa forma, o Controle Interno apoia a gestão no desenho, construção, implantação e manutenção do sistema de controles internos nos diversos processos da empresa.

Como produto da aplicação desse método, é possível identificar os controles internos necessários para mitigar os riscos e alcançar os objetivos dos processos, bem como irregularidades e pontos de melhorias. Ao passo que o mapeamento dos processos é finalizado, é levado ao conhecimento da Auditoria Interna, os riscos e controles internos identificados, para que se possa incluir no planejamento anual a verificação da eficácia do sistema de controle interno para mitigação dos riscos dos processos mapeados. A Auditoria Interna possui planejamento anual com previsão de auditorias nos processos operacionais e auditorias específicas, a partir de demandas do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário.

Nas auditorias dos processos operacionais, os escopos são levantados por meio de diagnósticos com vistas à análise de controle internos existentes, considerando sua efetividade e sua eficácia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia é responsável pela apresentação adequada de suas Demonstrações Contábeis, elaboradas de forma condizente com a legislação societária brasileira, bem como as normas e procedimentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, seguindo ainda os requisitos do modelo de governança de Nível 2 estabelecidos pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Auditoria Externa contratada examinou as demonstrações contábeis do exercício de 2022 e, apenas as informações contábeis intermediárias do período encerrado em 31 de março de 2022 foram emitidas com ênfase, de acordo com as informações transcritas no item 2.3. Para os períodos encerrados em 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, os relatórios foram emitidos sem ênfase.

Os diretores informam que os relatórios dos auditores independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes referente às informações contábeis intermediárias apenas do período encerrado em 31 de março de 2022 foram emitidos com ênfase, de acordo com as informações transcritas abaixo. Para os períodos encerrados em 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, os relatórios foram emitidos sem ênfase.

A Companhia, em conformidade com o dispositivo da Lei 13.303/2016, consoante o que estabelece o artigo 9º, Inciso I, adotou regras de estrutura e mecanismos que abranjam a ação dos administradores, por meio da implementação cotidiana de práticas de controles internos, a partir de um plano de trabalho integrado de gerenciamento de riscos estratégicos e de controle interno, nos moldes do *Commitee of Sponsoring Organization of Tradeway Commission - COSO 2013*.

Como abordado no item 5.1 deste formulário, com a revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos em 2019 e, posterior mapeamento de processos iniciado em 2020, a Sanepar estabelece regras de governança e diretrizes gerais para seu processo integrado de gerenciamento dos riscos estratégicos e de controles internos, o qual tem como propósito, também anteriormente apontado, atuar como uma ferramenta incorporada à tomada de decisão da Companhia para o atingimento dos seus objetivos estratégicos.

Em 2022, a Companhia implementou o monitoramento do portfólio dos 21 riscos corporativos, revisado em 2021, e avançou nos trabalhos de mapeamento de riscos dos processos, para possibilitar a avaliação dos sistemas de controle internos e, assim, aperfeiçoar e assegurar a gestão em todos os níveis da Companhia, incluindo o tático e o operacional. Os processos são priorizados de acordo com a cadeia de valor e pelos critérios de gestão de cada diretoria e com as orientações do Comitê de Gerenciamento de Riscos e com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração.

5.2 Descrição dos controles internos

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A abrangência da política deve ser aplicada à todos os empregados da Sanepar, incluindo membros do Conselho de Administração e Fiscal, Comitês Estatutários e Diretoria Executiva, e envolve: 1ª linha: refere-se às atividades de controles internos para mitigar os riscos dos processos na abrangência das gerências operacionais e de apoio; 2ª linha: são as diversas funções corporativas de controles, riscos, *compliance* e governança da empresa para garantir que as diretrizes sejam aplicadas na primeira linha de defesa, assegurando a eficiência dos processos; 3ª linha: auditoria interna, vinculada ao Conselho de Administração, responsável por aferir, de forma independente, a adequação e eficácia dos controles internos.

A Sanepar mantém estrutura de Governança, Riscos e Compliance, bem como Diretoria Adjunta vinculada ao Diretor Presidente que tem a responsabilidade de verificar o cumprimento das obrigações de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade. Compete à DAGRC e à GGRC a ela subordinada: a) orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, conformidade e gerenciamento de riscos; b) avaliar e monitorar a eficácia dos mecanismos de controles internos e do estado de conformidade corporativo; c) acompanhar o andamento das denúncias quanto a violações do Programa de Integridade, do Código de Conduta e de normas correlatas; d) identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar os riscos a que estão sujeitos os negócios da Companhia; e e) aplicar o princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflito de interesses e fraudes.

Os órgãos de governança e demais agentes envolvidos no monitoramento do sistema de controles internos da Companhia, estão descritos na letra (b.iii) do item 5.1 deste formulário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance* submete, anualmente, o Plano de trabalho ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração. Os relatórios de gerenciamento de riscos e controles internos são reportados, mensalmente, ao Comitê de Gerenciamento de Riscos e, trimestralmente, à Diretoria, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Anualmente, a Gerência da Auditoria submete ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração o seu Plano de Trabalho. Os relatórios de auditoria interna são enviados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, mensalmente, e suas aprovações ocorrem de preferência no intervalo trimestral.

As funções e as responsabilidades dos empregados envolvidos nesses processos são supervisionadas hierarquicamente, pelos gerentes, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração.

5.2 Descrição dos controles internos

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Companhia adotou a prática de divulgar, no mínimo, as deficiências significativas em relação aos controles internos. De acordo com a avaliação feita pela Companhia em relação ao relatório emitido pelos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, nenhum apontamento se configura como uma deficiência significativa de controle interno.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não se aplica, haja vista que o auditor independente não reportou qualquer deficiência significativa para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2022.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 13ª/2019 Reunião Extraordinária, em 27 de novembro de 2019, e revisado na 18ª/2022 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 17 de novembro de 2022, o Programa de Integridade da Sanepar é composto por um conjunto de políticas, normas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção, monitoramento e resposta em relação aos atos lesivos previstos na legislação, em especial à Lei Anticorrupção, que tem como foco coibir condutas inapropriadas na Companhia. A revisão de 2022 agregou dois importantes pilares ao Programa de Integridade, que passou a contar com a estrutura de 8 pilares. O Programa aplica-se a todos os agentes de governança, empregados, estagiários, aprendizes, prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Sanepar ou atuando em nome dela, servindo de referência para fornecedores, empreiteiros, prestadores de serviço em geral e demais parceiros de negócios e está estabelecido em oito pilares, sendo estes: Governança; Riscos; Instrumentos; Comunicação; Gestão da Consequência; Terceiros; Diversidade e Monitoramento do Programa de Integridade. Todos que interagem com ou em nome da Sanepar devem seguir as regras estabelecidas nos instrumentos de integridade e legislação. Dentre os instrumentos de integridade, a Companhia dispõe de Código de Conduta e Integridade, Comitê de Conduta, Regimento Interno do Comitê de Conduta, Regulamento Disciplinar, Programa de Integridade para Terceiros, Código de Conduta e Integridade para Terceiros, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, Tabela de Limites de Competência, Regimento Interno dos Órgãos de Governança, Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, Política de Sustentabilidade, Política de Qualidade, Política de Gestão de Pessoas, Política de Investimentos, Política de Segurança da Informação, Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade, Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários, Regulamento de Proteção de Informações, Política de Inovação, Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado, Política de Governança Corporativa, Política de Porta Vozes, Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Política de Indicação, Política de Contratação de Auditoria Independente, Política de Indenidade, Política de Patrocínio e Política de Diversidade, Equidade e Inclusão.

A Sanepar, por meio do Programa de Integridade, possui instrumentos que têm se demonstrado eficientes para o combate à fraude e à corrupção. O próprio Programa de Integridade, considerando os oito pilares, mas principalmente o conjunto: Código de Conduta e Integridade, Regulamento Disciplinar, Regimento Interno do Comitê de Conduta e normas internas que desdobram as regras. O Código de Conduta determina as condutas a serem seguidas e as

5.3 Programa de integridade

condutas vedadas pela Companhia, caso ocorra alguma irregularidade, que pode ser identificada ou trazida pelo Canal de Denúncias, Gestão ou demais canais de acesso à Sanepar, o Regulamento Disciplinar prevê as medidas que devem ser tomadas, as situações consideradas leves, educativas e médias são tratadas pela gestão imediata e as graves e gravíssimas pelo Comitê de Conduta. Este procedimento trouxe transparência e igualdade ao processo, reforçando o intuito de resgate para o comportamento íntegro preconizado pelo código.

Os agentes de governança supervisionam o programa e controles para prevenir, detectar e coibir fraudes, mitigar os riscos dessas ocorrências e garantir o cumprimento das exigências e parâmetros estabelecidos na Lei 13.303/2016. O pilar Riscos, do Programa de Integridade, inclui a avaliação dos potenciais perigos relacionados à corrupção que incidem sobre a Companhia. Essa análise é feita transversalmente a cada um dos riscos estratégicos e durante o mapeamento dos processos. Ademais, com o mapeamento do processo de *compliance* e de integridade, a matriz de riscos do processo direciona os controles internos e ações mitigatórias.

O Programa de Integridade da Sanepar completou três anos em dezembro de 2022. Neste período, percebeu-se o amadurecimento de todos os envolvidos no tema: empregados, gestores, fornecedores, clientes, órgãos de controle, a sociedade em geral. Todos demonstraram sensibilização em relação às práticas preconizadas pela Companhia, que estão alinhadas às melhores práticas de governança corporativa e às Leis nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e nº 13.303/16 (Lei das Estatais). A Companhia, também, é signatária do Pacto Global da ONU, referencial ético mundial que tem o combate à corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno, como um de seus princípios.

Como pilar essencial do Programa de Integridade a Sanepar atua com diversas abordagens de comunicação e treinamento, para o acultramento de todas as partes interessadas.

Em 2022, a campanha “Você é a cara da Sanepar. Mantenha a boa imagem.” Seguiu com seu papel de em forma simples demonstrar o valor do comportamento ético e principalmente do respeito. Seguiram sendo encaminhados os Alertas de *Compliance* mensais sobre os temas do dia a dia dos empregados, vídeos da campanha, e-mails, além dos materiais dispostos fisicamente em todas as áreas da Sanepar ao longo do Estado.

Na Semana da Integridade de 2022, realizada no período de 05 a 09 de dezembro, em formato híbrido, com transmissão e tradução em Libras. Reforçando o compromisso do pilar de Governança da Companhia, houve participação em todos os dias da alta administração da Sanepar, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Vilson Ribeiro de Andrade, pelo membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Dr. Cassio Prudente Vieira Leite, pelo Presidente da Sanepar, Claudio Stabile, e demais membros da Diretoria Executiva da Companhia.

A Sanepar declara suas diretrizes por meio de políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Em 2022, foi revisado o Estatuto Social, foram criadas as políticas de Inovação, Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Sanepar e Política de Indenidade, e foram revisadas as Políticas de Investimentos,

5.3 Programa de integridade

Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade.

As políticas da Sanepar têm o seu desdobramento em normativos internos que permeiam toda a Companhia, alinhando as diretrizes à prática das atividades, fazendo com que a governança corporativa eleve a eficiência operacional. Em 2022 foram, também, revisados o Regimento Interno do Comitê de ASG e o Regimento Interno do Conselho Fiscal, além de implantado o Regimento Interno do Comitê de Inovação. Ainda, houve a revisão do Regulamento Disciplinar.

Em 2022, foi aprovado o Programa de Integridade para Terceiros, bem como a revisão do Código de Conduta e Integridade para Terceiros, estruturando o novo pilar do Programa de Integridade e estabelecendo atuação pró ativa junto à sociedade e clientes, quanto ao atendimento de qualidade de acordo com os valores da Companhia.

O Programa de Integridade para Terceiros é composto por quatro pilares: Ambiente Íntegro; *Due Diligence*; Compromissos de Integridade e Monitoramento. Uma das principais ações deste programa é a previsão de *due diligence* para fornecedores com determinadas características, atuando de maneira cautelar e preventiva, a Companhia minimiza impactos e mitiga riscos relacionados à terceiros.

Declarando seu comprometimento com a diversidade humana, a Sanepar estabelece em seu Programa de Integridade o pilar da Diversidade. Este pilar consiste não somente no cumprimento da legislação, mas, conjuntamente, nos compromissos afetos aos temas da diversidade, equidade e inclusão, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto 7.037/2009 / Decreto 6.044/2007), Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), Legislação e Políticas Anti-discriminação (Lei 7.437/1985, Lei 7.716/1989, Decreto 6.872/2009) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 e 6, como na promoção de um ambiente de respeito à diversidade e à equidade, livre de preconceitos e desigualdades.

A Companhia tem um Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, o Comitê EXISTIR, atuante em demandas corporativas para o cumprimento do disposto na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, assessorando a Diretoria Executiva e prestando apoio direto à área de Gestão de Pessoas nas tratativas de diversidade, equidade e inclusão.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

É de responsabilidade da Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance* - DAGRC verificar os resultados alcançados pela implantação do Programa de Integridade da Sanepar. Os resultados deste monitoramento são reportados, periodicamente, ao Comitê de Auditoria Estatutário, que acompanha as medidas relacionadas à prevenção e combate dos desvios de conduta, da prática de irregularidades e da ocorrência de atos lesivos. A Auditoria Interna, como

5.3 Programa de integridade

3ª linha de defesa, realiza avaliações sobre a efetividade do Programa de Integridade da Companhia.

A Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance* - DAGRC está vinculada diretamente a Diretoria da Presidência, com previsão estatutária de se reportar diretamente ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, em casos de suspeita de envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades, ou ainda pela omissão em situação a ele relatada.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Código de Conduta e Integridade foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 09 de maio de 2017, em sua 5ª/2017 Reunião Ordinária. Com a experiência adquirida na aplicação do Código, bem como a devolutiva por parte dos empregados, o Conselho de Administração revisou as práticas recomendadas, em sua 18ª/2022 Reunião Extraordinária, em 17 de novembro de 2022, o qual foi amplamente divulgado na Companhia.

O Código de Conduta e Integridade da Sanepar aplica-se a todas as pessoas que fazem parte da relação comercial e de trabalho com a Companhia, inclusive os administradores, membros de conselhos e comitês, empregados, colaboradores, fornecedores, empreiteiros, prestadores de serviços em geral e a todos os parceiros de negócios. O documento prevê normas de conduta que servem como base para a construção de uma cultura organizacional comprometida com a integridade e a qualidade na prestação dos serviços da Companhia.

As sanções aplicáveis em caso de violação do código estão previstas no Regulamento Disciplinar, disponível em <https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>, sendo que a Companhia tem estruturado um Comitê de Conduta, com regimento e procedimentos próprios. Atendendo a Lei nº 13.303/2016, o treinamento do Código de Conduta e Integridade é ministrado anualmente. O referido código está disponível na Intranet e no site da Companhia através do link ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/, além da seção de Fornecedores. Na revisão, a Companhia disponibilizou as cartilhas sobre o Código de Conduta e Integridade a todos os empregados e agentes de governança.

5.3 Programa de integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A partir de 2020, a Companhia passou a contar com canal de denúncias conduzido por empresa independente, disponibilizado tanto ao público interno quanto externo, 24 horas por dia, através de linha telefônica gratuita ou pelo site.

A Sanepar repudia qualquer discriminação ou retaliação contra empregados por terem, de boa-fé, comunicado suspeitas de desvios de conduta e violações ao Código de Conduta e Integridade e demais normas aplicáveis. Neste sentido, a Companhia adota mecanismos de proteção das partes envolvidas contra retaliação, mantendo o sigilo e a confidencialidade do autor do relato, do denunciado e daqueles que participarem da investigação sobre a violação relatada, além de permitir o registro da denúncia de forma anônima. As denúncias relatadas são apuradas pela área de *Compliance*, Comitê de Conduta e Auditoria Interna, consoante à matriz de responsabilidade estabelecida.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Sanepar prevê as sanções para violação das regras previstas no Código de Conduta e Integridade, fazem parte do escopo os agentes de governança, empregados, estagiários e aprendizes da Sanepar sujeitam-se à responsabilidade civil, penal e administrativa pelos atos ilícitos praticados e pela violação das regras previstas no Código de Conduta e Integridade.

No caso de violações praticadas por terceiros relacionados e empresas contratadas, serão aplicadas, após o devido processo legal, às sanções previstas nos editais de licitação e/ou contratos, podendo haver a rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade pelo ressarcimento de todos os danos causados.

Desde a implantação do Canal de Denúncias da Sanepar em 2020, para as situações confirmadas como desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, estas foram tratadas e aplicadas as medidas disciplinares alinhadas ao Regulamento Disciplinar e apuradas pelo Comitê de Conduta da Companhia. Dentre as medidas adotadas foram desde advertência até o desligamento dos empregados.

Foram confirmados, desde então, 25 casos relacionados a desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que culminaram em desligamentos e aplicação de outras medidas disciplinares, desde demissões até suspensões. Estas situações foram apuradas pelo Comitê de Conduta da Companhia e deliberados pela alta administração, atendendo aos dispositivos previstos no

5.3 Programa de integridade

Código de Conduta e Integridade e ao Regulamento Disciplinar da Sanepar, bem como a Lei Anticorrupção e demais legislações aplicáveis.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação, desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, se há eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição a tais riscos

Não houve alterações significativas na Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

Revisitação do Portfólio dos Riscos Corporativos

Em 2021, a Companhia realizou um trabalho de revisitação do processo de gerenciamento de riscos corporativos tanto na evolução da metodologia quanto em todo o portfólio de Riscos Corporativos. O trabalho consolidou 21 Riscos Corporativos aprovados na 14ª/2021 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, de 25 de novembro de 2021, onde foram priorizados 6 riscos a partir de 2022.

No ano de 2022, a Companhia iniciou o monitoramento sistemático do portfólio aprovado em 2021.

Para mais informações sobre a Revisitação do Portfólio de Risco, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Transparência, LGPD e Segurança da Informação

As diretrizes para tratamento das informações na Companhia estão alinhadas com a Lei de Acesso à Informação, a Lei Geral de Proteção de Dados e as práticas de segurança de informação do mercado.

A Companhia vem promovendo esforços para o desenvolvimento e o aprimoramento de seus processos quanto ao controle de suas informações, em razão de seu reconhecido valor estratégico.

Desde 2021, a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance* possui em sua equipe a Agente de Transparência da Companhia e o Encarregado de Proteção de Dados (pessoais), que atuam de forma integrada com temas relacionados à Segurança da Informação.

Segurança da Informação

A Sanepar desenvolve o Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), que é um programa composto por ações contínuas que visam o monitoramento e o aperfeiçoamento da segurança da informação na Companhia como um todo.

SGSI é o conjunto de orientações, normas, procedimentos, políticas e demais ações que tem por objetivo proteger o recurso informação, possibilitando que o negócio da organização seja realizado e a sua missão seja alcançada, com o objetivo de minimizar os riscos do negócio em relação à dependência do uso dos recursos de informação para o funcionamento da organização, bem como proteger dados de titulares que foram confiados à Sanepar para o exercício de suas atividades.

LGPD

Com a publicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), a Sanepar vem trabalhando para se manter adequada às determinações da legislação brasileira sobre o tema bem como às orientações emitidas pela Autoridade Nacional e Proteção de Dados - ANPD, com o objetivo de proteger os dados pessoais de que tem a posse.

Apesar de as adequações estarem sendo realizadas em todos os ambientes da Companhia, por envolver dados pessoais em diversas etapas de seus processos, o alinhamento com a segurança da informação tem sido bastante importante para garantir grande parte dos requisitos necessários para o tema da proteção de dados pessoais e privacidade.

Lei de Acesso à Informação

A Sanepar disponibiliza o Portal da Transparência e da Segurança da Informação, por meio do qual dá publicidade aos atos de sua administração, permitindo à sociedade acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão e a atuação da Companhia. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido a toda a sociedade pela Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso

5.5 Outras informações relevantes

à Informação) e pelo Decreto Estadual 10.285/2014, no âmbito do Paraná.

O conteúdo divulgado no Portal está em conformidade com o que dispõe a Lei de Acesso à Informação. No entanto, há alguns tipos de informações que, se divulgadas, podem colocar em risco as pessoas, ou, até mesmo, a Companhia: as informações sigilosas.

A classificação adotada pela Sanepar, no que tange aos níveis de restrição da transparência acerca de suas informações e dados, obedece aos critérios da Lei das Estatais, adotando como fundamentos da restrição aqueles de ordem empresarial (Sigilo das Sociedades por ações, Sigilo decorrente de risco à Competitividade e à Governança Empresarial; Sigilo Empresarial / Comercial; Sigilo Industrial; Sigilo Estratégico).

Dados não disponíveis no portal podem ser solicitados pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). As solicitações são analisadas à luz das políticas e normas internas da Companhia, podendo ser negadas caso se tratem de informações que devam ser protegidas por algum dos sigilos.

No site da Companhia estão dispostos os procedimentos para solicitação de informações para trabalhos acadêmicos, pesquisas e demais necessidades de clientes e da sociedade em geral.

Demais informações consideradas relevantes pela Companhia estão listadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.